África do Sul

DESAFIOS DA INDÚSTRIA CITRÍCOLA

Gilmar Paulo Henz*

POMARES DE laranjas e limões fazem parte da paisagem sul-africana há mais de três séculos, desde que o pioneiro holandês Jan van Riebeeck cultivou as primeiras mudas de plantas cítricas nos arredores da Table Mountain, na Cidade do Cabo, em 1654.

A partir de 1900, a vocação exportadora da indústria citrícola começou a se consolidar. Nos dias de hoje, com 60 mil hectares de pomares com laranjas, *grapefruits*, tangerinas, limões, limas ácidas, as frutas sul-africanas são consumidas em mais de quarenta e cinco países, especialmente na Europa, nos EUA, na Rússia e no Oriente Médio. A indústria citrícola sul-africana vem mantendo seus mercados com a excelência de seus produtos, mesmo enfrentando desafios constantes nas últimas décadas, tanto no mercado doméstico, como no externo.

Organização do setor citrícola

O setor citrícola sul-africano percorreu um longo caminho até se tornar uma potência exportadora de frutas *in natura*. Durante o período do regime do *apartheid*, entre 1940 e 1990, as exportações de cítricos eram centralizadas em uma única organização, conhecida como South African Cooperative Citrus Exchange. Após a década de 1960, o governo sul-africano utilizou-se desse monopólio para aprimorar a quantidade e qualidade do produto exportado, com implementação de infraestrutura para exportação e investimento em pesquisa, com a construção de estações experimentais, capacitação e serviço de extensão rural e produção de mudas certificadas. Em 1996, o setor citrícola sofreu um processo de desregulamentação, com a quebra do monopólio da Capespan e das Comissões, ocasionando mudanças na estrutura e nas organizações envolvidas.

Organizações ligadas à indústria citrícola sul-africana

Citrus Growers Association of Southern Africa (CGA): tem o objetivo de defender os interesses da indústria. Realiza investimentos em pesquisa e desenvolvimento direcionados às necessidades e desafios enfrentados pelos citricultores sul-africanos e à manutenção do acesso aos principais mercados.

Citrus Research International (CRI): responsável por prover assistência técnica especializada, por desenvolver pesquisas voltadas aos interesses do setor, pela avaliação de cultivares, pelo controle integrado de pragas e doenças e pela avaliação da qualidade das frutas. É similar ao Fundecitrus (Fundo de Defesa da Citricultura brasileiro), diferindo no escopo mais amplo da pesquisa em citricultura, considerando-se que o Fundecitrus atua somente na defesa fitossanitária.

Agricultural Research Council (ARC): instituição pública de pesquisa agrícola equivalente à Embrapa, responsável pelo melhoramento genético de cítrus e pelo serviço de quarentena. Pesquisas na área de citricultura também são conduzidas por universidades e entidades privadas.

Perishable Products Export Control Board: responsável pela inspeção de qualidade, manuseio e armazenamento refrigerado de produtos perecíveis.

Fresh Produce Exporters' Forum: composto por 300 exportadores, fornece informações técnicas sobre manuseio pós-colheita de frutas cítricas, treinamento de mão de obra de trabalhadores negros e informações de mercado.



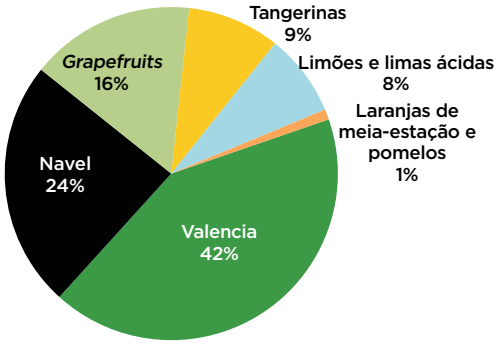
CITRUS GROWERS ASSOCIATION, SOUTH AFRICA

ÁFRICA DO SUL: PRINCIPAIS PROVÍNCIAS PRODUTORAS

Província	Área (ha)	Participação
Limpopo	25.674	43%
Cabo Oriental	12.508	21%
Cabo Ocidental	8.961	15%
Mpumalanga	6.817	11%
KwaZulu-Natal	3.405	6%
Outros	2.990	5%
Total	**60.355**	**100%**

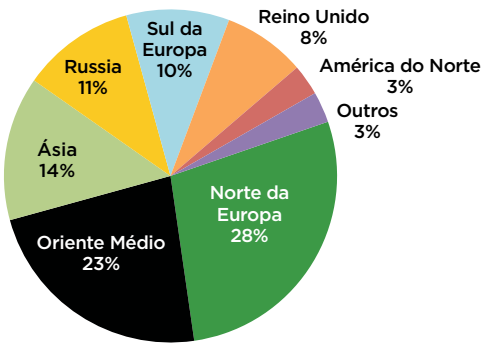
Fonte: CGA (2014)

ÁFRICA DO SUL: PRINCIPAIS VARIEDADES CÍTRICAS CULTIVADAS (PARTICIPAÇÃO %)



Fonte: CGA (2014)

ÁFRICA DO SUL: EXPORTAÇÃO DE FRUTAS CÍTRICAS, EM 2013



Fonte: CGA (2014)

Em 1997, foi formada a principal organização representativa do setor citrícola sul-africano, a Citrus Growers Association of Southern Africa (CGA), que defende os interesses da indústria junto ao governo, a exportadores e a importadores, a instituições de pesquisa e a fornecedores. A contribuição obrigatória dos associados é feita por meio de taxa sobre o volume exportado.

O Citrus Research International (CRI) tem sua origem em 1956, financiada pela Outspan International, responsável pela exportação à época. Em 2001, a CGA decidiu pela criação do CRI como resposta à necessidade de prover assistência técnica especializada e desenvolver pesquisa que garantam a sustentabilidade e a competitividade da indústria citrícola sul-africana. A instituição é responsável pela avaliação de cultivares, pelo controle integrado de pragas e doenças e pela avaliação da qualidade das frutas.

Produção de frutas cítricas

Atualmente, o setor citrícola é composto por 1.300 agricultores comerciais, cuja produção destina-se à exportação, e 2.200 agricultores familiares, que garantem o abastecimento do mercado interno.

Frutas que demandam clima mais frio, como laranjas tipo Navel, limões, limas ácidas e tangerinas, são produzidas na região setentrional, nas províncias de Cabo Ocidental e Cabo Oriental, enquanto laranjas do tipo Valencia e *grapefruits* são produzidas em Mpumalanga, Limpopo e KwaZulu-Natal, de clima subtropical.

Laranjas do tipo Valencia são o principal produto da África do Sul, seguidas por laranjas tipo Navel, *grapefruits*, tangerinas, limões, limas ácidas, laranjas de meia-estação e pomelos.

As principais cultivares de laranja Valencia são Delta (29%), Midnight (24%), Valencia (14%) e Turkey (10%), que representam 77% da área cultivada; as de laranjas do tipo Navel (equivalentes ao tipo Bahia) são Palmer (28%), Bahianinha (15%), Navel (11%) e Washington (11%). No grupo das tangerinas, as principais cultivares são Mandarin (43%), Clementine (34%) e Satsuma (21%); para *grapefruit*, 75% da área são cultivados com a cultivar Ruby e 19%, com a Marsh; e para limão, 75% da área são cultivados com a cultivar Eureka.

Produção e exportação de frutas cítricas

A África do Sul ocupa a oitava posição entre os países produtores de frutas cítricas, alcançando 1.560 milhões de toneladas na safra 2012/13, com estimativas de crescimento de 3% (1,6 milhão de toneladas) para a safra 2013/14, resultado do clima favorável e da expansão da área cultivada.

A África do Sul é responsável por 25% das exportações globais de frutas cítricas *in natura*, estimados em 1,2 milhão de toneladas para a safra 2013/14, sendo o terceiro maior exportador mundial, depois de Espanha e Turquia. O principal mercado é a União Europeia, que importa anualmente cerca de 600 mil toneladas de frutas cítricas (laranjas, limões, limas ácidas e mandarinas), no valor de 1 bilhão de euros, o equivalente a 40% das exportações. Durante o verão europeu, os mercados do Reino Unido, da Alemanha e da França são basicamente abastecidos com suco de laranja sul-africano.

Desafios com a União Europeia

O anúncio do possível banimento das exportações sul-africanas de frutas cítricas para a União Europeia devido à enfermidade conhecida como "pinta preta dos cítricos" ("*citrus black spot*"), após a interceptação de trinta e cinco carregamentos em 2013, provocou grande repercussão entre os setores governamental e privado locais. A medida



CITRUS GROWERS ASSOCIATION, SOUTH AFRICA

foi inicialmente imposta pela UE em 1992 e, de acordo com a CGA, mantida desde então, sem que estudos mais aprofundados, como a Análise de Risco de Pragas (ARP), tenham sido executados e implementados. No ano 2000, a África do Sul teria enviado às autoridades sanitárias da UE a ARP sobre a pinta preta, concluindo que não havia nenhum risco de introdução da doença naquele continente, considerando-se o clima desfavorável na Europa e que frutas cítricas não eram um meio eficiente de disseminação do fungo causador da enfermidade. Em 2010, estudo similar realizado pelos Estados Unidos confirmou os mesmos resultados.

Ainda em 2010, a África do Sul solicitou à IPPC (International Plant Protection Convention) a utilização de mecanismo de solução de disputas, mas a organização não interveio. Após a crise instalada em outubro de 2012, finalmente, a IPPC iniciou as negociações bilaterais, que não avançaram porque a UE não concordou com a formação de um painel de especialistas que garantiria avaliação técnica independente sobre o tema.

A EFSA (European Food Safety Authority) tem sido criticada por produtores, cientistas e representantes governamentais sul-africanos por ter publicado parecer sobre a doença, em julho 2013, no qual classifica como "moderadamente possíveis" as chances de introdução do patógeno na Europa, um risco para 500 mil hectares cultivados com cítricos. Em contrapartida, um grupo de cientistas de países produtores de frutas cítricas afetados pela doença (África do Sul, Brasil, Estados Unidos, Austrália, Argentina) alega ter encontrado vários erros e omissões no estudo da EFSA e que não existiria nenhum caso registrado da disseminação da enfermidade por meio da exportação das frutas. A EFSA deverá finalizar seu estudo até o final de 2014, e, dependendo das recomendações adotadas, isso poderá impactar fortemente as exportações sul-africanas.

No último desdobramento do impasse, o governo sul-africano decidiu levar a questão para o Comitê sobre Medidas Sanitárias e Fitossanitárias da OMC, na reunião realizada em outubro 2014. Para a África do Sul, as medidas adotadas pela UE são claramente protecionistas, geradas pelos citricultores espanhóis, que enfrentariam problemas de competitividade com as frutas cítricas sul-africanas.

Para não depender tanto do mercado europeu, o setor citrícola tenta conquistar novos mercados, como China e países do Sudeste Asiático. Internamente, o setor enfrenta, ainda, a questão fundiária, que pode afetar grandes produtores comerciais de origem africânder. Recentemente, o governo sul-africano reabriu a possibilidade de restituição de terras à maioria negra, com consequências imprevisíveis sobre a agricultura comercial sul-africana, conduzida majoritariamente por produtores brancos.

Com todos esses desafios, a citricultura sul-africana tem, a seu favor, sua forte organização associativa, investimento em pesquisa, transferência de tecnologia e a experiência de ter conquistado mercados exigentes nos últimos trinta anos, tornando o país um competidor a ser levado a sério no setor de frutas *in natura*. ■

Este artigo reflete a opinião do autor, e não da instituição que representa.

* Ex-adido agrícola na África do Sul e pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) cedido ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)